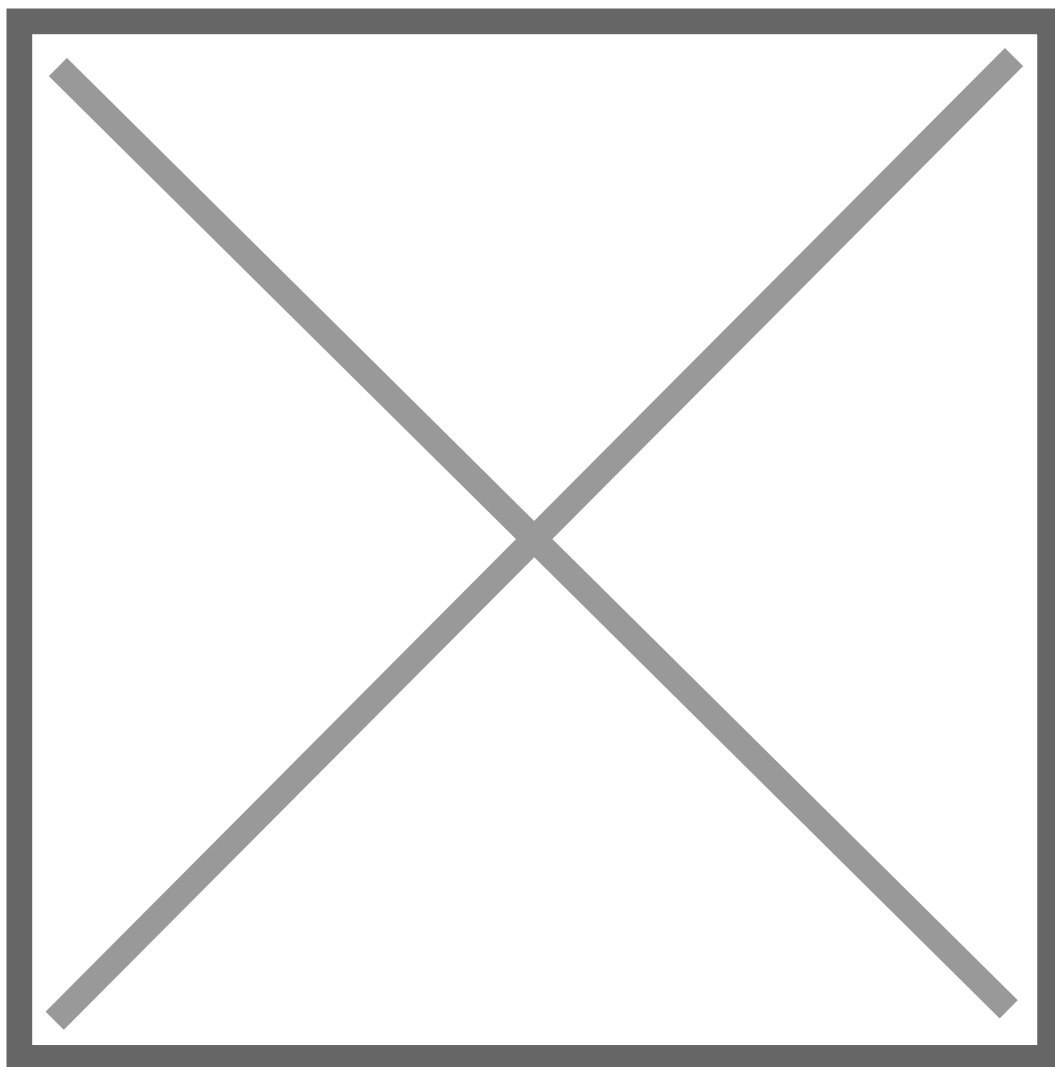


Seminário afirma o valor de arquivos para a memória e reparação

Por Anna Schlidt · 09/06/2016

Organizado pelo Cedoc, encontro debate preservação de arquivos que comprovam atrocidades



Sergio Nobre, secretário-geral da CUT; Antonio José Marques, do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT; Inez Stampa,

do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional;
e Daniel Santini, da Fundação Rosa Luxemburgo.

Por Igor Carvalho, [CUT](#)*

Nesta quarta-feira (8), ocorreu, em São Paulo, o “4º Seminário Internacional: O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”. Durante o encontro, especialistas debateram a preservação desses arquivos e sua importância para retomar uma narrativa que ultrapasse a oficial e oferecer subsídios para reparações às vítimas.

O seminário se concentra na discussão sobre o largo acervo de documentos acumulados em arquivos de entidades ligadas à classe trabalhadora, de forma a garantir que o respaldo histórico garanta a preservação da memória e o julgamento dos opressores. A organização do evento é de diversas entidades, entre elas o Cedoc, Centro de Documentação e Memória da CUT.

O Secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre, abriu o seminário e lembrou da luta dos militantes pela preservação da memória. “Quando nós fizemos o debate de recuperar esse período da história, houve muita resistência. Muita gente da direita dizia: ‘vamos olhar pra frente, esquecer as feridas do passado’. Mas é importante olharmos para trás”, afirmou.

Nobre aproveitou para estabelecer uma ponte com a atual conjuntura política brasileira. “Nós estamos fazendo esse debate num momento especial do País, temos um golpe em curso no Brasil. É um golpe contra a democracia e contra os direitos dos trabalhadores. Basta ver que os golpistas estão extinguindo todos os espaços democráticos do Brasil, não temos mais mulheres e negros no governo. Preservar a memória é garantir que golpes não se repitam na história do País”, lamentou o Secretário-Geral da CUT.

[4-seminario-internacional-o-mundo-dos-trabalhadores-e-seus-arquivos-34-800](#)

Preservar a memória

“O arquivo é uma fonte extremamente importante para ações de reparações e reafirmação de valores e compromissos com justiça e direitos humanos”, assim definiu a professora da USP, Ana Maria de Almeida Carvalho, para quem o acúmulo de informações documentadas sobre a ditadura no Brasil é sintoma da soberba do regime.

“A ditadura acreditava que havia se revestido de legalidade, tanto que eles não se preocuparam em apagar os arquivos, o que acabou sendo usado contra eles. Eles não mutilavam esses documentos porque achavam que o que faziam era legal, o que torna a ação ainda mais absurda”, afirmou a professora.

Ramon Alberch Fugueras, da Universidad Autónoma de Barcelona e do grupo “Archiveros sin Fronteras”, de Barcelona, na Espanha, foi o convidado especial do primeiro dia do evento, que se estenderá até a próxima sexta-feira (10).

“O direito à Justiça implica na obrigação do estado de averiguar, julgar e punir os autores de ofensas aos direitos humanos”, explicou o especialista, que apontou um país vizinho do Brasil como paradigma no assunto. “A Argentina é referência na preservação da memória e aplicação dela na prática nos tribunais, punindo os torturadores e ditadores. O Estado deve entregar os documentos dos seus crimes às entidades de direitos humanos, principalmente os que são ligados às vítimas”, encerrou o professor.

Fotos: [CUT](#)

**Texto originalmente publicado no site da [CUT](#)*